



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008737-33.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Antonio Carlos Nicolau**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito – Detran do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo c/c pedido liminar, ajuizada por **Antonio Carlos Nicolau** contra o **Departamento Estadual de Trânsito- Detran-SP**, sob a alegação de que vendeu o veículo descrito na inicial, com o qual foram praticadas de diversas infrações de trânsito, para o Estacionamento Leandro Automóveis, em 08/11/2011, contudo, o comprador não o transferiu para o seu nome e o vendeu diretamente para terceiro que também não efetivou a transferência. Sustenta que, ao tomar conhecimento sobre a ausência de transferência do veículo, solicitou à Ciretran o seu bloqueio, até regularização da venda, em 20/06/2012. Concomitantemente, ingressou com ação contra o estacionamento e o comprador, que foi julgada procedente, reconhecendo-se que a sua responsabilidade sobre os débitos e infrações que recaíram sobre o veículo ficava limitada até a data em fez o requerimento de bloqueio ao órgão responsável (20/06/2012), o que deveria ser respeitado. Requereu a nulidade da penalidade de suspensão do direito de dirigir aplicada em seu desfavor.

Liminar concedida a fls. 24.

O Detran foi citado e apresentou contestação (fls. 30/33), alegando que o autor não efetuou a comunicação de venda no prazo estabelecido no art. 134 do CTB, e que nem mesmo a sentença foi cumprida pelo comprador, respondendo, o antigo proprietário, solidariamente, pelas penalidades impostas até a comunicação oficial da transferência.

Foi apresentada réplica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

O pedido merece acolhimento.

Não obstante o autor não tenha comunicado temporaneamente a transferência do veículo, nos termos do art. 134 do CTB, em 20/06/2012, solicitou à Ciretran o bloqueio do veículo, informando a sua a venda, sem a devida transferência.

A jurisprudência do STJ já firmou entendimento mitigando a aplicação desse dispositivo (art. 134 do CTB), quando há a manifesta identificação do infrator, já tendo decidido que a intransmissibilidade da pena não abrange apenas o registro dos pontos no prontuário do autor, mas também as sanções pecuniárias que lhe foram impostas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO ANTIGO PROPRIETÁRIO POR INFRAÇÕES COMETIDAS APÓS A VENDA DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN. COMPROVAÇÃO DA VENDA. REGRA DO ARTIGO 134 DO CTB MITIGADA. PRECEDENTES. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O cerne da controvérsia reside na existência de responsabilidade do antigo proprietário do automóvel em relação à infração cometida após a sua venda quando a transferência não é comunicada ao Detran. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que a norma contida no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro deve ser mitigada, tendo em vista a orientação de que, havendo notícia da transferência do veículo, embora tardia, inexistente a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem. Precedentes 3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Verifica-se que não houve declaração de inconstitucionalidade do art. 134 do CTB, tampouco o afastamento deste, mas tão somente a interpretação do direito infraconstitucional aplicável à espécie, não podendo se falar em violação à cláusula de reserva de plenário prevista no art. 97 da Constituição Federal e muito menos à Súmula Vinculante n. 10 do STF. Precedentes. 4. Agravo regimental não provido.(STJ - AgRg no AREsp: 452332 RS 2013/0412548-8, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 18/03/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/03/2014).

Além disso, pela sentença de fls. 14/20 se reconheceu a responsabilidade do autor pelas multas e débitos registrados somente até a data do pedido de bloqueio do bem (20/07/12).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmando a tutela de urgência concedida, para o fim de declarar nulas, em relação ao autor, as infrações a ele imputadas na condução do veículo descrito na inicial, após a data da comunicação de sua venda, 20/07/12, bem como determinar ao DETRAN que providencie a renovação de sua CNH, preenchidos os demais requisitos e inexistindo nenhum outro óbice à sua expedição, além das infrações aqui questionadas.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

P I

São Carlos, 10 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**